

# Especial Rumos da economia

**Governo** Rigor fiscal e monetário devem continuar como os principais instrumentos da política econômica

# Palocci resiste em um quadro adverso

**Claudia Safatle**  
De Brasília

Antônio Palocci, ministro da Fazenda, enfrentou vários e não perdeu nenhum embate importante nos 16 meses de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A verdade é que após instalar dezenas de grupos de trabalho, ouvir em intermináveis rodadas de reuniões os demais ministros do governo e as lideranças parlamentares do PT, Lula sofre, mas decide a favor da equipe econômica comandada por Palocci.

Foi assim no doloroso processo de decisão sobre o reajuste do salário-mínimo, na elaboração dos projetos regulatórios das áreas de energia e saneamento básico, na construção do projeto de lei que define o papel das agências reguladoras. Na reforma tributária, Palocci freou o desejo dos governadores de se beneficiarem de uma melhor partilha dos recursos. Também foi assim na definição dos superávits primários das contas públicas para os próximos anos. A equipe do ministério da Fazenda aborcou a introdução do mecanismo de política fiscal contracíclica, e tudo indica que será assim na questão das metas de inflação.

Palocci já avisou que é contra o aumento da meta de 4,5% para 5,5% em 2005 e a tendência, no Banco Central, é usar a margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais, se necessário, ao invés de rever a meta.

Enquanto o próprio presidente da República telefonava para seus colegas do grupo dos sete países mais ricos (G-7), pedindo solidariedade à posição brasileira de tentar mudar as regras do Fundo

Monetário Internacional (FMI), para desafogar os gastos com investimentos em infra-estrutura, Palocci minimizava a extensão dessa medida. Há duas semanas, nas conversas com a direção do FMI, em Washington, o ministro da Fazenda demarcou bem a demanda. Não se trata de retirar os investimentos públicos da contabilidade do déficit para abrir espaço para gastar. Trata-se apenas de pegar alguns poucos projetos-piloto, de retorno garantido, acompanhar sua evolução, o impacto econômico da obra e seus efeitos sobre o gasto público.

Não é uma panacéia para superar o rigor da política fiscal de curto ou médio prazos, destinada a reduzir a relação dívida líquida do setor público/PIS, um dos principais indicadores de solvência do país.

Aliás, a confirmação de que o superávit primário será de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2007 mostrou que Palocci não pretende ceder um milímetro ao populismo fiscal.

Se as pressões políticas vindas do próprio PT e dos demais ministros do governo não minarem as forças de Palocci, continuará sendo assim até os dias finais do mandato de Lula. Essa é a forma de o governo Lula administrar e se o futuro pode ser vislumbrado pelas decisões passadas, na macroeconomia prevalecerá a ortodoxia, a preocupação com a percepção dos investidores internos e externos, o foco permanente na questão da credibilidade.

A rigor, uma avaliação desapixonada aponta para três áreas do governo em que prevalecem a racionalidade e bons resultados: Fazenda, na condução da macroeconomia; Desenvolvimento, no

desempenho da política de exportação; e Agricultura, com a força do agronegócio. Já o restante do governo — à exceção de algumas bem-sucedidas ações nas áreas de energia e diplomacia — tem interesses difusos, péssima reputação gerencial e ausência de resultados.

Essa é a síntese da angústia que permeia tanto o núcleo de poder do Palácio do Planalto quanto os analistas que acompanham o dia-a-dia do governo na política e na economia. E é com esse cenário que se tenta vislumbrar o futuro.

O extremo rigor fiscal e monetário da política econômica do governo marcou o primeiro e prosseguirá nos três anos de mandato do presidente Lula. Pode-se criticar o excesso de conservadorismo do Banco Central na administração da taxa básica de juros (Selic); assim como é discutível o modelo que o governo do PT introduziu na gestão dos salários do funcionalismo público, apenas para citar dois exemplos. Mas a origem dos problemas mais agudos do governo não está exatamente na macroeconomia. Esta cumprirá seu mandato e pelo segundo ano consecutivo o país terá superávit de no mínimo 4,25% do PIB nas contas primárias; e superávit estimado em cerca de US\$ 200 milhões, nas contas correntes do balanço de pagamentos, em decorrência do excelente desempenho das exportações.

Na área social, onde se esperava que o governo mostrasse mais vigor e criatividade, as iniciativas derrapam seja por equívoco de concepção ou por falta de recursos, e as pressões aumentam. O plano de reforma agrária só agora, passados 16 meses de mandato de



Antônio Palocci: firme determinação em manter o superávit primário

Lula, começa a sair do papel para cumprir a meta de assentar 500 mil famílias até o final do governo. A tolerância inaceitável com as invasões do MST em terras produtivas fere o direito de propriedade.

Na saúde, o governo não tem conseguido tocar novos projetos, como o da farmácia popular, que já foi anunciado e será reanunciado neste mês. Os avanços obtidos pelo ministro anterior, José Serra, nas negociações junto à

Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas quedas de braço com a indústria farmacêutica, planos de saúde e hospitais, sofreram solução de continuidade pelo desmonte da estrutura anterior e pela troca de perfil do comando do ministério.

Cristovam Buarque foi exonerado do cargo de ministro da Educação na reforma ministerial de janeiro, sob a alegação de que sendo do meio acadêmico,

teria dificuldades de tocar o principal projeto de Lula: a reforma das Universidades. Tarso Genro assumiu a pasta com um novo objetivo: melhorar a qualidade do ensino básico. Falta dizer qual é a prioridade.

A reforma ministerial de janeiro pretendia promover uma remodelagem administrativa, enxugar a máquina, reduzir o número de ministros, acabar com superposição de tarefas e construir mecanismos de coordenação do governo. Continuam os 35 ministérios, não houve enxugamento nem se resolveram as superposições. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, depois da crise que o abateu com o caso Waldomiro Diniz, tenta assumir a coordenação de governo.

Só bons resultados nas políticas monetária, fiscal e de contas externas, mantendo a inflação sob controle, não trazem crescimento e geração de emprego. Assim como houve muito trabalho e dedicação para se estabilizar a economia, colocar o país em condições de crescer de forma sustentável também requer uma enorme lista de providências.

São medidas talvez menos glamourosas, mas não menos importantes, necessárias para aumentar a taxa de investimento da economia e reduzir a taxa de juros de mercado. Elas vão do destravamento do crédito — o governo começou a fazer isso na área da construção civil —; criação de incentivos tributários para a poupança de mais longo prazo; viabilização de investimentos em infra-estrutura; redução do custo de logística; e política de inovação, entre várias outras. A lista de tarefas do governo é robusta e exige celeridade.